

CURSO DE EXTENSÃO DO IGC COBRA R\$ 1.050 POR ALUNO

Bianca Antunes
Jornalista



A Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE) e a Fundespa, fundação privada ligada ao IO, respondem por cursos pagos realizados no Instituto de Geociências

O Instituto de Geociências (IGc) realiza cursos que cobram até R\$ 1.050,00 de cada participante. O curso “Geoestatística Aplicada”, ministrado há dois anos, é o mais caro do IGc e foi aprovado pelo Departamento como extensão universitária. São dez vagas para profissionais da área, oferecidas

somente no primeiro semestre. No segundo semestre, o curso é dado para a pós-graduação e é gratuito.

“Na pós-graduação, o curso é oferecido há dez anos”, diz o coordenador, professor Jorge Kazuo Yamamoto. “Resolvemos ministrar no primeiro semestre para o público que trabalha em empresas da área e não pode, ou não tem tempo de fazer a pós-graduação com a gente,

mas precisa se atualizar”, explica.

A organização do curso é de responsabilidade da Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE). A entidade recebe a taxa do curso, de R\$ 1.050,00 para quem não é associado da ABGE e R\$ 950,00 para os associados. Com a taxa, segundo o coordenador, são pagas todas as despesas com material,

das quais cita “xerox, folderes e apostilas”. Ele procura explicar a aparente discrepância: “Temos um custo inicial grande, como o envio de mala-direta”.

Outros dois cursos oferecidos pelo IGc, “Introdução ao Geoprocessamento” e “A importância das Geociências para o desenvolvimento sustentável às regiões litorâneas”, foram realizados com apoio da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), ligada a docentes do Instituto Oceanográfico. Ambos foram ministrados, pela primeira vez, em fevereiro de 2002. Segundo o professor Arlei Macedo, presidente da Comissão de Cultura e Extensão da unidade e responsável pela realização de ambos os cursos, a intenção é que sejam ministrados todos os anos.

O primeiro deles atende a interessados em geral. Neste ano, teve cerca de 20 alunos, que pagaram inscrição de R\$ 50,00. Segundo o professor, a taxa é para pagar despesas gerais, como apostilas, além de pagamento de monitores, que são alunos que ajudaram na realização do curso. O segundo, destinado a alunos de graduação e pós-graduação de fora da USP (já que os alunos da USP têm essa matéria como parte do currículo), foi ministrado por um professor aposentado, remunerado para dar as aulas. A taxa de inscrição foi de R\$ 50,00 e teve oito alunos. “A idéia do curso foi difundir a técnica utilizada aqui”, explica o professor Macedo.

“Por ser presidente da CCEX, entrei como responsável pelo curso

‘A importância da Geociências para o desenvolvimento sustentável às regiões litorâneas’, porque o professor que ministrou as aulas era aposentado e não podia ser o responsável”, informa. O professor aposentado fez jus a um pró-labore de R\$ 400,00. “Era um curso importante para a universidade. A taxa de R\$ 50,00 foi simbólica, para a compra das apostilas”.

O curso “Introdução ao Geoprocessamento” foi ministrado pelo próprio professor Macedo, que não recebeu remuneração por essa

*Diretor do
IGc considera
“salutar” a realização
de cursos pagos na
unidade, pois “acabam
gerando recursos”*

atividade. “Claro que seria interessante a USP oferecer esses cursos gratuitamente, mas não há verba. Uma coisa é o nosso curso, outra, diferente, é um *MBA* que cobra milhares. Outra coisa é um empreendimento comercial”.

O professor Silvio Vlach, do IGc, diz ter a “pior” opinião sobre cursos pagos, mas admite a realização deles “se, de alguma forma, há benefícios para a universidade, se houver retorno como infra-estrutura, por exemplo”. Ele rejeita, porém, a possibilidade de remuneração

adicional dos docentes envolvidos nesses cursos. “Não concordo se houver pagamento dos professores. Se não, vira uma festa”, comenta o professor Vlach. “Não sou contra vir mais dinheiro para a Universidade. Mas a divisão dos recursos deveria ser exposta de forma mais clara. Hoje, a gente não tem muita informação”.

Outro que critica a existência de cursos pagos é o professor Valdecir Janasi: “Nunca participei e não sei como esse cursos funcionam. Mas eu me preocupo. Não é função da Universidade oferecer cursos pagos. Não se deveria usar o espaço da Universidade para esses cursos. É um tema complicado e preocupante”.

Diferentemente deles, o diretor do IGc, professor Wilson Teixeira, defende a realização de cursos pagos na unidade. “É importante ter cursos pagos. Não devemos subsidiar a formação de pessoal de empresas, por exemplo, que, ao contrário, podem contribuir para a USP. É muito salutar. Esses cursos pagos acabam gerando recursos, como a compra de novos equipamentos. Acabam auxiliando nosso corpo docente”, enfatiza.

“A renda do curso vai ou para o IGc, ou parte para a fundação de apoio que ajuda na organização do curso”, revela o professor Teixeira. “De qualquer maneira, volta para a USP. O Museu de Geociências, por exemplo, fez em julho deste ano um curso voltado para as crianças. Tinha uma taxa simbólica de R\$ 2,00. Com o dinheiro arrecadado, o Museu comprou minerais para o acervo”.